

“Na luta é que a gente se encontra”: reflexões sobre a greve da educação pública federal de 2012

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar um conjunto de reflexões sobre uma das greves mais potentes da educação pública federal realizada no ano de 2012. Fundamentado nos estudos de pesquisadores vinculados à tradição marxista, o texto analisa como a burguesia brasileira respondeu à crise estrutural do capitalismo e aos seus rebatimentos no Brasil, um país marcado por sua inserção capitalista dependente na economia mundial, pela realização da contrarreforma do Estado e da educação superior que consubstanciaram novas faces do histórico dilema educacional brasileiro. A partir do exame de documentos elaborados pelo movimento grevista, considera a greve como uma resposta política ao processo de refuncionalização das universidades federais realizado pela desestruturação da carreira do magistério federal e pela intensificação e precarização das condições de trabalho docente nas instituições federais de ensino, conduzidas, no referido período, pelos governos petistas. Por fim, indica o saldo organizativo decorrente do movimento grevista, evidenciando a importância da organização classista e combativa do movimento docente com o protagonismo do ANDES/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Palavras-chave: contrarreforma da educação superior; intensificação e precarização do trabalho docente; greve da educação pública federal.

Eblin Farage

Universidade Federal Fluminense –
UFF – Niterói /RJ – Brasil
farage.eblin@gmail.com

Kátia Lima

Universidade Federal Fluminense –
UFF – Niterói /RJ – Brasil
katiasilmauff@gmail.com

Para citar este artigo:

FARAGE, Eblin; LIMA, Kátia. “Na luta é que a gente se encontra”: reflexões sobre a greve da educação pública federal de 2012. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 11-45, maio/ago. 2022.

DOI: 10.5965/1984723823522022011

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723823522022011>

“In the strike we meet”: reflections on the 2012 federal public education strike

Abstract

The article aims to present a set of reflections on one of the most powerful strikes in federal public education held in 2012. Based on the studies of researchers linked to the Marxist tradition, the text analyzes how the Brazilian bourgeoisie responded to the structural crisis of capitalism and to its repercussions in Brazil, a country marked by its dependent capitalist insertion in the world economy, by carrying out the State counter-reform and higher education that substantiated new faces of the historic Brazilian educational dilemma. From the examination of documents prepared by the strike movement, it considers the strike as a political response to the process of refunctionalization of federal universities carried out by the disruption of the federal teaching career and by the intensification and precariousness of teaching work conditions in federal educational institutions, conducted, in that period, by the PT governments. Finally, it indicates the organizational balance resulting from the strike movement, highlighting the importance of the classist and combative organization of the teaching movement with the leading role of ANDES/National Union of Teachers of Higher Education Institutions.

Keywords: counter-reform of higher education; intensification and precariousness of teaching work; strike in federal public education.

“Dans la lutte nous nous rencontrons”: réflexions sur la grève de l'enseignement public fédéral de 2012

Résumé

L'article vise à présenter un ensemble de réflexions sur l'une des grèves les plus puissantes de l'enseignement public fédéral qui s'est déroulée au cours de l'année 2012. Basé sur les études de chercheurs liés à la tradition marxiste, le texte analyse comment la bourgeoisie brésilienne a répondu à la crise structurelle du capitalisme et à ses repercussions au Brésil, un pays marqué par son insertion capitaliste dépendante dans l'économie mondiale, par la réalisation de la contre-réforme de l'État et de l'enseignement supérieur qui a consubstantié de nouveaux visages au dilemme éducatif historique brésilien. À partir de l'examen des documents préparés par le mouvement de grève, il considère la grève comme une réponse politique au processus de refunctionalisation des universités fédérales mené par la déstructuration de la carrière d'enseignant fédéral et l'intensification et la précarisation des conditions de travail des enseignants dans les institutions éducatives fédérales, réalisées dans cette période, par les gouvernements du PT. Il signale enfin l'équilibre organisationnel résultant du mouvement de grève, en soulignant l'importance de l'organisation de classe et militante du mouvement des enseignants avec la direction de l'ANDES/Syndicat national des enseignants des établissements d'enseignement supérieur.

Mots clés: contre-réforme de l'enseignement supérieur; intensification et précarisation du travail enseignant; grève dans l'enseignement public fédéral.

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra.

(Samba-enredo da Mangueira 2019 - História Pra Ninar Gente Grande)

Introdução

O presente artigo apresenta parte das reflexões realizadas em dois núcleos de pesquisa da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense: o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares – NEPFE e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social – GEPESS.

Apesar das particularidades de cada núcleo, duas dimensões teóricas e, portanto, políticas, articulam nossas reflexões: as pesquisas desenvolvidas nos núcleos estão fundamentadas na interlocução com a tradição marxista e possuem como perspectiva analítica o exame da realidade brasileira da perspectiva dos “de baixo”, conforme expressão do saudoso intelectual militante Florestan Fernandes. A análise da realidade brasileira é realizada, portanto, de forma crítica, radical e alicerçada nas lutas históricas da classe trabalhadora por condições dignas de vida na ordem burguesa, acessando os direitos sociais e trabalhistas concebidos como conquistas históricas da classe, bem como, na pavimentação do caminho para um conjunto de ações que consubstanciem a ruptura com esta ordem societária.

Além dos estudos realizados nos núcleos de pesquisa e nas atividades acadêmicas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, as análises apresentadas no artigo também emergiram da atuação intelectual-militante das autoras no movimento sindical, particularmente, nas ações políticas da ADUFF/Seção Sindical do ANDES/ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Nossas reflexões constituem-se, portanto, em “peças de combate”, reivindicando novamente as formulações do pensamento florestaniano. São análises que objetivam apresentar uma leitura da realidade brasileira em tempos de crise do capitalismo, examinado a forma como a burguesia brasileira se movimentou para responder a essa

crise pela condução da contrarreforma do Estado e da educação superior, mas também, indicam a relevância política do movimento sindical autônomo, democrático, classista e combativo na defesa da universidade pública e gratuita.

Pensar a política de educação superior inscrita nas disputas entre projetos antagônicos de educação, de universidade e de sociabilidade, construindo as “peças” do combate histórico da classe trabalhadora em defesa do seu acesso e da sua permanência na universidade pública é tarefa intelectual, militante e coletiva. Fazer a universidade pressupõe articular o tripé ensino, pesquisa e extensão com a defesa intransigente do espaço universitário como locus de produção e socialização do conhecimento crítico que contribua para superação dos dilemas constitutivos de uma sociedade capitalista dependente, como a sociedade brasileira.

É a partir desse escopo que estruturamos o artigo em três seções, além dessa breve introdução. Em um primeiro momento, analisaremos as bases do dilema educacional brasileiro identificadas pela configuração de um capitalismo selvagem que revitaliza a concentração de renda, prestígio e poder desde o Brasil colônia. Um capitalismo estruturado por uma burguesia marcada por sua natureza antissocial, antinacional e extremamente violenta, condutora, na parceria que estabelece historicamente com o imperialismo, da reorganização sistemática da dependência econômica e da heteronomia cultural que formatarão as funções econômicas, sociais e políticas da universidade brasileira. Nesse sentido, o aprofundamento da crise do capitalismo guarda particularidades nos países capitalistas dependentes, como o Brasil, estruturados na violenta expropriação econômica, na superexploração da força de trabalho, na mentalidade burguesa que tem suas raízes na mentalidade escravagista do senhor rural e na concepção da educação como um privilégio de classe, raça e etnia.

A partir do exame dos elementos estruturantes da formação social brasileira, que evidenciam a relação entre padrão dependente de desenvolvimento e de educação, a segunda seção do artigo se propõe a analisar, ainda que nos limites deste texto, como o aprofundamento da crise do capitalismo incide na configuração das respostas da burguesia brasileira a essa crise pelo avanço da sua ofensiva na educação superior através da contrarreforma do Estado e da educação superior conduzida, no Brasil, pelos governos petistas. Nessa seção, examinaremos também o processo de intensificação e

precarização das condições de trabalho docente nas universidades federais e de reconfiguração da carreira do magistério federal resultantes das contrarreformas.

Na terceira seção do artigo, evidenciamos que os estudantes e os docentes não assistiram passivos aos ataques dos governos petistas à educação pública federal. As lutas organizadas pelo movimento grevista articularam, em sua pauta política, a defesa intransigente da universidade pública e gratuita, a valorização das condições de realização do trabalho docente, a reivindicação de uma nova carreira para o magistério federal e a reafirmação da autonomia do movimento sindical em relação aos governos e partidos.

A referida pauta se inscreve, inclusive, em um contexto marcado pela organização de um sindicato chapa branca denominado Fórum de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes)¹, criado, em 2004, com o claro objetivo de constituir-se em um braço do governo federal no movimento sindical autônomo e democrático para operacionalizar o apassivamento das nossas lutas, reduzindo-as aos acordos de gabinete e submetendo-as aos interesses do governo federal na condução das contrarreformas.

Por fim, o artigo reafirma a relevância do movimento grevista de 2012, indicando o saldo organizativo decorrente da defesa da universidade pública e gratuita, do trabalho docente e da autonomia do movimento sindical. Isso evidenciou a importância da organização classista e combativa do movimento para barrar os ataques sistemáticos dos governos de plantão à universidade pública e reafirmou que é na luta que os que defendem a educação pública brasileira se encontram e se fortalecem coletivamente.

Capitalismo dependente e heteronomia cultural: bases do dilema educacional brasileiro

A análise do dilema educacional brasileiro nos remete ao estudo dos elementos estruturantes e dinâmicos da formação social brasileira. Em nosso país, a formação do Estado nacional independente ocorreu, conforme nos elucidam o pensamento

¹ Foi criado na sede da CUT Nacional em São Paulo, a partir das articulações realizadas pelo PT. A forma de sua inauguração, em uma assembleia que durou apenas 15 minutos, com seguranças na porta, é impedindo a entrada dos docentes, revela forma e conteúdo dessa entidade governista e por isso chapa branca. Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=ui3A26zC-PE>>; <<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=6814>> e <http://bit.ly/MOV_ANDES-SN>. Acesso: 10 fev. 2022.

florestaniano, sem rupturas com os laços coloniais, fazendo com que as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficassem intactas, respondendo às necessidades das elites locais e, também, do mercado mundial, em face da função de natureza heteronômica que a economia nacional preenche nesse mercado. Tal processo cria as bases do padrão compósito de hegemonia e do padrão de expropriação do excedente econômico em nosso país e incidirá no desenvolvimento da sociedade de classes, ganhando um significado político e econômico bastante particular quando rompe com o antigo sistema colonial, mas preserva suas funções extracapitalistas, nas quais repousava o poder econômico, político e social dos grandes proprietários rurais, mesmo depois do fim da escravidão e com a universalização do trabalho assalariado (LIMA; SOARES, 2020).

É nesse quadro analítico que identificamos a natureza da burguesia brasileira e sua incapacidade, por opção política, de construção de um projeto de nação, na medida em que decide pela composição de alianças políticas com o imperialismo e com os senhores rurais, operacionalizando um amálgama de forças que tem implicações até os dias atuais no padrão de hegemonia burguesa e de superexploração da força de trabalho vigentes em nosso país. Esses padrões de expropriação do excedente econômico e de hegemonia burguesa constitutivos do capitalismo dependente geram, nas palavras de Fernandes (1975, p. 40), “uma modalidade duplamente rapinante de capitalismo” ou ainda (FERNANDES, p. 42) “uma modalidade predatória de capitalismo selvagem”.

Esse processo resultou em particularidades na mercantilização da força de trabalho, caracterizando como foi constituído o mercado de trabalho interno e como se deu a transição entre extinção do sistema colonial e a implantação do trabalho assalariado, vendido como mercadoria. Florestan Fernandes (1975, 2005) evidencia que, no Brasil, o mercado não funciona segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva, não preenche a função de incluir todos os vendedores reais ou potenciais da força de trabalho, pois a sua mercantilização ocorreu (a ainda ocorre) nos marcos da sobrevivência das economias de subsistência e das formas extracapitalistas de sua mercantilização. As particularidades da mercantilização da força de trabalho no capitalismo dependente incidirão, inclusive, na configuração da política de educação superior e nas funções econômicas, políticas e sociais da universidade pública, como examinaremos adiante.

Daí a compreensão da autocracia burguesa pelo poder ilimitado de uma classe estabelecido no capitalismo dependente. Sequer a democracia de participação ampliada é conduzida pela burguesia brasileira, mas tão somente a esvaziada democracia restrita ofertada aos considerados *mais iguais*, isto é, às classes dominantes (FERNANDES, 1979, 2005). É, justamente, nesse quadro analítico que o pensamento florestaniano inscreve o desafio educacional brasileiro. Considerando que os padrões de expropriação e de hegemonia burguesa instaurados no país fazem com que, historicamente, a conservadora burguesia brasileira tenha dificuldades de garantir as reformas educacionais exigidas pelo próprio capitalismo, para uma sociedade que não viveu a revolução burguesa clássica, a concepção burguesa de revolução educacional significava um conjunto de avanços relativos, fazendo com que a educação superior nasça, no Brasil, com a marca de um intocável privilégio de classe, raça e etnia.

Tal processo formata, nos termos de Fernandes (1975a, p. 80), um “colonialismo educacional”, isto é, a permanência de um padrão dependente de educação superior associado ao padrão dependente de desenvolvimento e ordenado, especialmente, por três dimensões: (i) a transplantação de técnicas e conhecimentos produzidos nos países centrais e adaptados à realidade brasileira; (ii) a constituição da educação superior como uma área de exploração lucrativa para os investidores locais e internacionais e; (iii) a configuração de uma perversa dualidade educacional que impõe uma formação aligeirada e acrítica aos trabalhadores e aos seus filhos, e uma formação de qualidade para os filhos da classe dirigente.

Desde a gênese da educação superior, um elemento político é constitutivo do dilema educacional brasileiro: a necessidade de expansão da educação. Essa necessidade, entretanto, caracterizou-se pela marca de um intocável privilégio social, que começava e terminava nas fronteiras das camadas dominantes. Examinando as particularidades de expansão nos anos da ditadura empresarial militar, Fernandes (1989, p.15) afirma que “pode-se dizer que houve um ‘milagre educacional’ e, indo mais longe, que ele seguiu de perto as ilusões e as confrontações do ‘milagre econômico’”. A expansão da educação superior realizada pelo regime burguês-militar é analisada por Florestan Fernandes (1989) como um “milagre educacional” que criou as ilusões de democratização do acesso,

omitindo que o processo ocorria pelo aumento significativo do setor privado na área educacional e como estratégia de garantia da coesão social.

Se, no período da ditadura empresarial militar, a adaptação de conhecimentos pela certificação em larga escala e a expansão pela privatização marcaram a oferta da política de educação superior, tal processo apresentará novas particularidades nos tempos neoliberais, sob a orientação dos organismos internacionais do capital, como o Fundo Monetário Internacional/FMI, o Banco Mundial/BM, o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Unesco (LIMA, 2007; MINTO, 2014).

Como resposta à crise do capitalismo que se aprofunda a partir dos anos de 1970, esses sujeitos políticos coletivos elaboram um conjunto de políticas com o objetivo de conduzir alterações na política econômica keynesiana e no padrão de proteção social do *Welfare State* vigentes nos países centrais, bem como, na política desenvolvimentista em curso nos países capitalistas dependentes (MINTO, 2006). A pauta de ação da burguesia mundial e dos seus intelectuais era clara: seria preciso enfrentar a crise que resultava na queda nas taxas de lucro com uma política de austeridade econômica que garantisse a reprodução da ordem burguesa. Simultaneamente, no novo estágio do capitalismo, a burguesia demandava a transformação de todas as esferas da vida social em áreas potencialmente lucrativas. Tais políticas guardam particularidades na América Latina e, no Brasil, a opção da burguesia local por um desenvolvimento econômico associado conduziu ao aprofundamento da dívida pública e a uma crise econômica, política e social que encontraram no receituário do Consenso de Washington uma resposta burguesa à crise capitalista (UGÁ, 2004).

Assim, a contrarreforma do Estado, como resposta da burguesia à crise do capital, apresentava como eixo condutor a concepção de que o Estado não deveria mais ser o promotor direto do desenvolvimento, deixando a tarefa ao setor privado. A primeira fase da contrarreforma do Estado preconizava, portanto, a criação de um arcabouço jurídico que permitisse a movimentação lucrativa do setor nas diferentes áreas da economia e das políticas sociais, inclusive pelo uso privado do fundo público, garantindo a atuação estatal somente nas áreas que não fossem de interesse do referido setor (LIMA, 2007; SILVA JR., 2002; SILVA JR.; SGUISSARD, 1999). Esses fundamentos da contrarreforma do Estado

serão conduzidos, no Brasil, a partir dos anos de 1990 e início do novo século, reconfigurando o projeto político-pedagógico, o financiamento, a gestão e as condições de trabalho docente das universidades federais, como veremos a seguir.

Contrarreforma do Estado e da educação superior: a refuncionalização das universidades federais

A adesão das elites brasileiras ao projeto neoliberal de sociabilidade é um processo que remonta ao final da década de 1980, articulando, tanto fatores externos – como o avanço das políticas neoliberais nos países centrais e a crise do socialismo –, como fatores internos, associados ao esgotamento do modelo desenvolvimentista e à crise da dívida externa e interna (NETTO, 2007). Naquele período, com o fim da ditadura militar e do governo José Sarney (1985-1990), a burguesia brasileira ansiava por novos padrões de acumulação, reivindicando a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e a desestatização, isto é, a privatização das empresas estatais que seriam os núcleos centrais da pauta dos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), abrindo o caminho para o neoliberalismo à brasileira, conforme identificou Francisco de Oliveira (2008).

Após o *impeachment* de Collor (1992) e findo o governo Itamar Franco (1994), teve início a segunda fase no neoliberalismo à brasileira com os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), condutor de um conjunto de ações pautadas na desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, na privatização de setores estratégicos da economia brasileira, na abertura comercial e na desregulamentação financeira, importantes vitórias da ofensiva do capital ao trabalho nos anos de 1990, orquestradas, especialmente, pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado/PDRE (BRASIL, 1995).

O PDRE definiu quatro setores do Estado (i) o núcleo estratégico, cuja forma de propriedade é estatal, correspondendo aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e, no Poder Executivo, ao Presidente da República, aos ministros e aos seus auxiliares e assessores diretos, responsáveis pelo planejamento e formulação das políticas públicas; (ii) o núcleo de atividades exclusivas, cuja forma de propriedade também é estatal, no qual são prestados serviços que só o Estado pode realizar como a

cobrança e fiscalização dos impostos, a polícia, a previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, o serviço de trânsito, a compra de serviços de saúde pelo Estado, o controle do meio ambiente, o subsídio à educação básica e o serviço de emissão de passaportes; (iii) os serviços não exclusivos do Estado, cuja propriedade é pública não estatal, correspondendo ao setor em que o Estado atua simultaneamente com organizações públicas não estatais e privadas e; (iv) a produção de bens e serviços para o mercado, cuja forma de propriedade é privada, correspondendo à área das atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado, mas serão transferidas para o setor privado.

Quando o PDRE divide o Estado em setores, reorganiza o trabalho dos servidores públicos federais nos seguintes termos: no núcleo ou setor estratégico estão as denominadas “carreiras de Estado” (nos Poderes Legislativo e Judiciário vinculados ao Ministério Público e, no Poder Executivo, ao Presidente da República), reforçando a profissionalização deste núcleo e dotando-o de patamares de remuneração muito superiores ao restante dos servidores públicos, com o objetivo de criar um funcionalismo identificado com o *ethos* das novas funções do Estado.

No núcleo de atividades exclusivas do Estado (Previdência social básica, tributação, fiscalização, justiça, diplomacia e segurança pública), o PDRE impõe uma administração do tipo gerencial aos servidores e um regime estatutário associado ao cargo do servidor. No núcleo de serviços não exclusivos do Estado (universidades públicas, escolas técnicas, centros de pesquisa, museus), na medida em que o Estado atua concomitantemente com o setor privado e as instituições públicas são geridas pelos contratos de gestão, os servidores públicos federais têm suas carreiras reconfiguradas a partir da lógica da avaliação por desempenho/produktividade. Por fim, o setor de produção de bens e serviços para o mercado, cujas atividades de infraestrutura devem ser privatizadas, exige a contratação de trabalhadores nos moldes do setor privado.

O resultado desse processo será expresso em diversas ações que reconfiguram profundamente o serviço público federal: na contratação de trabalhadores pelo regime celetista; no estímulo à aposentadoria ou demissão voluntária; na falta de reposição do quadro de aposentados; no congelamento salarial e na política de gratificação associada à avaliação de desempenho, quebrando o princípio da isonomia e da paridade. Políticas que

alteram a carreira, a remuneração, a estabilidade e as condições de trabalho dos servidores públicos federais, particularmente, os servidores atuantes no setor de atividades não exclusivas do Estado, como as universidades públicas (federais). Assim, a definição de quatro setores do Estado terá implicações na reestruturação do serviço público federal, na carreira e no salário dos servidores públicos federais, entre estes, os professores das universidades federais, como analisaremos adiante.

Em um quadro mais amplo, portanto, a educação superior passa a ser identificada como um descaracterizado “bem público”, aprofundando as bases políticas e jurídicas para a diluição das fronteiras entre público e privado nos seguintes termos: se a educação é um “bem público” (não estatal) e instituições públicas e privadas prestam esse serviço público, está justificada, por um lado, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e a ampliação da isenção fiscal para essas instituições, e, por outro, o financiamento privado das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições públicas. Essa argumentação resultará em duas modalidades de privatização da política de educação superior: a) a expansão das instituições privadas, através da liberalização dos “serviços educacionais”; b) a privatização interna das universidades públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades pelos cursos pagos e do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas (LIMA, 2004, 2006).

Em relação à primeira modalidade, segundo informações disponibilizadas no Censo da Educação Superior 2002, ao final do governo Cardoso, o ingresso em IES públicas somava 320.354, enquanto nas IES privadas somava 1.090.854 (BRASIL, 2002). Em relação à organização acadêmica, em 2002, o número de instituições estava assim distribuído: de 1.637 IES, 162 eram universidades, 77 eram centros universitários e 1.398 eram faculdades isoladas (BRASIL, 2002), dando materialidade à diversificação das instituições e dos cursos preconizada pelos organismos internacionais do capital.

No que diz respeito ao segundo mecanismo (privatização interna das IES públicas), o governo Cardoso realizou um profundo reordenamento interno das universidades federais, por um arcabouço jurídico que permitiu a venda de “serviços educacionais”, como os cursos pagos, especialmente os cursos de pós-graduação *lato sensu*; o estabelecimento de parcerias entre as universidades federais e as empresas para

realização de consultorias e assessorias viabilizadas pelas fundações de direito privado; a concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta duração; a criação de mestrados profissionalizantes, em parcerias com empresas públicas e privadas, considerados como cursos autofinanciáveis.

Uma nova fase da contrarreforma do Estado e da educação superior será conduzida no governo Lula da Silva (2003-2010). O estímulo à privatização da educação superior não será alterado no referido governo, como também demonstram os dados do Censo da Educação Superior de 2010. Se, em 2002 (final do governo Cardoso), do total de 1.637 IES, 195 eram públicas e 1.442 privadas, em 2010, do total de 2.378 IES, 278 eram públicas e 2.100 eram IES privadas (BRASIL, 2011).

Em relação à organização acadêmica, em 2002, o número de instituições estava assim distribuído: de 1.637 IES, 162 eram universidades, 77 centros universitários e 1.398 faculdades isoladas. Em 2010, de 2.378 IES, 190 eram universidades, 126 centros universitários e 2.025 faculdades isoladas (BRASIL, 2011). Ainda que apresentasse alterações em relação ao número de IES públicas, especialmente em relação às universidades, permaneceu a execução da política do Banco Mundial: diversificação das IES e dos cursos e das suas fontes de financiamento. A privatização pelo número de IES privadas e pelo uso do fundo público para o setor privado estava associada à privatização interna das universidades federais pelas ações analisadas por um conjunto de pesquisadores (LEHER, 2010; LIMA, 2015, 2017, 2019; MINTO, 2014), especialmente, pela venda de cursos e pelo estabelecimento de parcerias entre as universidades federais e as empresas.

Uma das ações conduzidas no governo Lula da Silva merece ser analisada por seu papel fundamental na reorganização político-pedagógica, financeira e de gestão das universidades federais, assim como, pelo aprofundamento da intensificação e precarização das condições de realização do trabalho docente. Tratamos, especificamente, da operacionalização dos contratos de gestão realizada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Reuni foi apresentado através de Decreto Presidencial n. 6.096/2007 com os seguintes objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor; diversificar as modalidades dos cursos de

graduação, através da flexibilização dos currículos, do ensino a distância, da criação dos cursos de curta duração e dos ciclos (básico e profissional); incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino; tudo isso no prazo de cinco anos (LIMA, 2008, 2009, 2011).

Para cada universidade federal que aderisse a este “termo de pactuação de metas”, ou seja, a um contrato de gestão com o MEC, o governo “prometia” um acréscimo de recursos limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal. Entretanto, uma análise cuidadosa do parágrafo terceiro do artigo 3º e do artigo 7º do Decreto de criação do Reuni deixa claro em que termos ocorreu essa “expansão”, pois o atendimento aos planos foi condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC (LÉDA; MANCEBO, 2009; LEHER, 2010).

A análise do Reuni evidencia de que forma e com que conteúdo ocorreu a expansão do acesso à educação superior: aligeiramento da formação profissional (cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos a distância) e aprofundamento da intensificação e precarização do trabalho docente (relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação), efetuando um duro ataque à autonomia universitária, na medida em que a alocação das verbas públicas estaria condicionada à adesão de cada universidade ao contrato de gestão/Reuni (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2008).

No que diz respeito à intensificação do trabalho docente, consideramos importante definir, inicialmente, que o sentido de intensificação e precarização de trabalho encontra sua fundamentação nas análises de Dal Rosso (2008), Bosi (2007) e Sguissard e Silva Jr. (2009). O primeiro autor define intensificação de trabalho relacionada à energia despendida pelo docente na realização do trabalho e que essa intensidade precisa ser considerada pelo dispêndio de energia física e emocional e, também, pelos resultados quantitativos e qualitativos do trabalho realizado, identificados pelos órgãos de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq, como “produtos” desse trabalho.

Bosi (2007) considera como precarização do trabalho docente o aumento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, da participação em órgãos colegiados e em comissões, entre outras funções. Para atender as demandas

apresentadas pelas universidades, a jornada de trabalho docente é ampliada, mesmo que o docente não encontre condições objetivas para a sua realização, como equipamentos, gabinetes, financiamento para pesquisa, participação em eventos científicos e publicações, entre outros.

No livro intitulado *Trabalho intensificado nas federais. Pós-graduação e produtividade acadêmica*, Sguissard e Silva Jr. (2009, p. 150) apresentam os resultados de uma pesquisa realizada com docentes credenciados em programas de pós-graduação de universidades federais sediadas na região sudeste, evidenciando como o processo de intensificação do trabalho ocorreu nestas instituições federais de ensino. “A crítica das condições de trabalho pelos entrevistados se dá sob diversos ângulos: o das condições de infraestrutura, de laboratórios, de sala de aula, etc., o das condições salariais e, também, o dos níveis de carreira, entre outros”.

A partir da explicitação do sentido atribuído à intensificação e precarização, consideramos também importante ressaltar que a intensificação e precarização do trabalho docente resultante da imposição de adesão das universidades federais ao Reuni ocorreu em um contexto de intensificação do trabalho para o conjunto da classe trabalhadora (nos marcos da profunda reestruturação da esfera produtiva conduzida pela resposta burguesa à crise do capital), associada à intensificação e precarização das condições de trabalho dos servidores públicos federais conduzidas pelas diferentes fases da contrarreforma do Estado (de Collor a Lula), conforme enunciado anteriormente.

Em relação ao trabalho docente nas universidades federais, durante o governo Lula da Silva (2003-2010), identificamos como eixos articuladores de sua intensificação: i) a ampliação de formas de desregulamentação do trabalho, com a redução do conjunto de trabalhadores estáveis e sua substituição por trabalhadores terceirizados e subcontratados (substitutos e temporários); ii) a pressão exercida sobre os trabalhadores contratados, no sentido de submissão à intensificação da exploração em um contexto de desemprego estrutural; iii) o uso das inovações tecnológicas, substituindo força humana de trabalho e comprimindo o tempo/espaço da produção a favor do capital e; iv) a imposição de uma lógica empresarial/mercantil/produtivista ao docente, particularmente, aqueles credenciados em programas de pós-graduação.

O aumento do número de professores substitutos e temporários nas universidades federais na década de 1990 e início do novo século foi alarmante. O docente assim contratado, cujo trabalho era mal remunerado e desprovido de direitos trabalhistas, estava centrado no ensino de graduação, desvinculado da pesquisa, da extensão e da produção de conhecimento. A intensificação do trabalho dos substitutos não só lhe dizia respeito, como também atingiu os professores do quadro efetivo, que ficaram sobrecarregados, não só com a orientação de monografias, dissertações e teses, assim como de bolsistas de pesquisa e extensão, e também com as tarefas administrativas, dentre outras que não podem ser assumidas pelos professores substitutos/temporários.

Dessa forma, o Programa Reuni implicou em um quadro ainda mais profundo de intensificação do trabalho docente. A lógica imposta pelo Reuni – sua centralidade na expansão do ensino de graduação – constituiu uma das faces não só da intensificação e da precarização do trabalho docente, como também da certificação em larga escala e da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como tratamos anteriormente, o docente contratado pelos concursos, cujas vagas estão inscritas no Banco de Professor Equivalente, operador do Reuni nas universidades federais, encontra-se pressionado a assumir várias turmas de graduação e turmas com número excessivo de alunos. Turmas lotadas, aulas em contêineres e em porções, professores sobrecarregados com excesso de disciplinas, ausência de laboratórios. Condições precarizadas de trabalho que dificultam a inserção do professor em atividades de pesquisa, extensão e em programas de pós-graduação (LIMA, 2008, 2009, 2011).

A partir de 2011, em meio à crise internacional iniciada em 2008, a economia brasileira entrou em rota de desaceleração. Apesar da política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2016) ter sido conduzida em absoluta sintonia com a pauta de ação da burguesia local e internacional – redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada –, vivemos uma crise interna que gerou consequências na política de educação superior (SAMPAIO JR., 2017). Dados da Auditoria Cidadã da Dívida (2019) revelam que em 2011, o Governo Dilma executou 45,05% do Orçamento Geral da União para pagamento dos juros e

amortizações da Dívida e apenas 2,99% para a Educação. Em 2012, 43,98% do OGU foi direcionado para o pagamento dos juros e amortizações da dívida e 3,34% para a educação.

O estímulo à privatização da educação superior e à diversificação das instituições de ensino (universidades, centros universitários e faculdades isoladas) não foi alterado no governo Dilma Rousseff, conforme demonstram os dados do Censo da educação superior apresentados pelo então Ministro da Educação – Aloizio Mercadante – à ANDIFES. No referido ano, do total de 2.416 IES, 304 eram IES públicas e 2.112 eram IES privadas. Do total de 7.037.688 matrículas na graduação, 1.897.376 estavam localizadas nas IES públicas e 5.140.312 nas IES privadas (BRASIL, 2012).

Em relação às universidades federais, o governo Dilma Rousseff manteve o Reuni como uma política de expansão precarizada associado aos sistemáticos cortes orçamentários para garantia da política de ajuste fiscal preconizada pelos organismos internacionais do capital e pela continuidade da prioridade ao capital rentista, como nos governos anteriores. Como já sinalizado neste artigo, a síntese entre o projeto do capital rentista, a política neoliberal e a tentativa de conciliação de classes para a educação superior pública resultou na expansão precarizada das instituições de ensino, ao mesmo tempo em que ampliou, de forma preponderante a educação privada.

Em parte, o incremento orçamentário destinava-se ao atendimento de reivindicações pontuais da sociedade brasileira, com a expansão das universidades e institutos federais, bolsas e auxílios para pesquisadores e estudantes, bem como Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). De outra parte, o governo abria os mananciais do fundo público para a iniciativa privada mediante programas como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), subsidiando o investimento e a acumulação nessa senda e catapultando a concentração de capitais nas mãos de três ou quatro grupos empresariais com uma cotação na bolsa de valores acima de empresas como Petrobras e Vale. (REIS; MÁCARIO, 2021, p. 25)

Os estudos sobre o orçamento destinado à educação pública federal indicam que apesar de um aumento bruto no montante orçamentário gradativo até 2014, quando começa a ocorrer uma estagnação desse montante bruto e uma redução percentual da receita destinada às instituições federais, o investimento realizado foi incompatível com

as demandas apresentadas pelas instituições federais de ensino. Se comparado, portanto, aos gastos com amortização da dívida pública e com o percentual do Produto Interno Bruto (PIB), evidencia-se a opção, pelo governo federal, por um projeto rentista, privatista e desestruturante da educação pública superior. Como sinalizam Reis e Macário (2021, p. 37), “ao se tomar como referência o período de governo do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2015, os recursos públicos destinados ao setor privado representaram o exponencial crescimento de 1.069%: de R\$ 1,740 bilhão, em 2003, para R\$ 20,336 bilhões em 2015”. Por outro lado,

De 2003 a 2019 (orçamento executado), o governo federal destinou nada mais do que 1,62% do total de despesas orçamentárias da União para as universidades federais, incluindo os hospitais universitários. Isto representou, em média o equivalente a 0,66% do PIB nacional. No mesmo intervalo, vale a pena lembrar, as despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública representaram nada menos do que 18,88% do orçamento da União e o equivalente a 7,89% do PIB. (REIS; MÁCARIO, 2021, p. 34)

Assim, o ano de 2012 tem início marcado por um conjunto de questões em relação à carreira do magistério federal – profundamente sucateada pela contrarreforma do Estado associada à priorização orçamentária da área privada e do capital rentista – e às condições de trabalho docente nas universidades federais – pela expansão precarizada conduzida pelo Reuni que resultou na precarização das condições do trabalho docente e na sua intensificação. Tais ações conduzidas pelo governo Lula da Silva (reestruturação da carreira e reconfiguração das condições de trabalho docente) encontraram na greve de 2012 a potente resposta do movimento docente, como examinaremos a seguir.

“Na luta é que a gente se encontra”: a greve da educação pública federal de 2012

A greve de 2012, que perdurou por longos 120 dias, compondo o cenário de uma das maiores greves do movimento docente do ensino superior público no Brasil, expressou as insatisfações da categoria com os processos de refuncionalização da Universidade, do Estado e com as contrarreformas em curso, explicitadas nas seções anteriores deste artigo. Com um misto de indignação e esperança, que articulou a

experiência de docentes de longa inserção sindical e na carreira com docentes recém-ingressos, o movimento paredista foi construído, em certa medida, pelo sonho² de manter as universidades, institutos federais, colégios de aplicação e CEFET pautados pelo tripé constitucional do ensino-pesquisa-extensão. Acima de tudo, a greve de 2012 tinha em seu cerne político a recusa a uma educação superior reduzida à sala de aula da graduação, por isso, tão importante quanto a reestruturação da carreira docente, era também a pauta das condições de trabalho docente e de estudo/formação.

A greve foi deflagrada, após rodada de assembleias de base em todo o Brasil, no dia 17 de maio de 2012, com a adesão de pelo menos dez instituições de ensino, e em uma semana, já passavam de quarenta as instituições envolvidas no movimento paredista. A greve dos e das docentes conquistou a adesão também dos e das técnico(a)s-administrativo(a)s e estudantes, que em poucos dias, passaram a ocupar as universidades com assembleias comunitárias conjuntas, construção de pautas unificadas e muita mobilização.

Aquela foi uma greve de ocupação, com atividades diárias, atos, aulas públicas, palestras, passeatas, atividades nacionais em frente ao MEC e ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Chegamos a cerca de 99% de adesão das Universidades Federais; apenas a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) não teve nenhuma unidade paralisada. Pouco a pouco, mesmo aquelas universidades federais que não estavam organizadas na base do ANDES-SN, passaram a ter o Comando Nacional de Greve (CNG) do Sindicato Nacional como referência e votaram em suas assembleias de base a adesão à greve e a participação no CNG/ANDES. Os casos mais emblemáticos de movimentação pela base contra o sindicato chapa branca denominado Proifes, citado na introdução deste artigo, foram o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Ceará e da Universidade Federal da Bahia; em ambos a diretoria local foi desautorizada, e a categoria aderiu ao movimento paredista tendo como referência a organização do ANDES-SN.

² Fazemos uma especial referência às reflexões de Florestan Fernandes no livro *O que é Revolução?* (1984): “Quanto ao ‘sonho’, o que se deve dizer é que sem sonhos políticos realistas não existem nem pensamento revolucionário nem ação revolucionária. Os que não ‘sonham’ estão engajados na defesa passiva da ordem capitalista ou na contra-revolução prolongada”.

Pouco a pouco, a greve que teve início com o protagonismo da educação chegou aos Servidores Públicos Federais (SPF), organizados no Fórum das Entidades do Serviço Público Federal (FONASEFE), que na época, para as mesas de negociação com o governo, reuniu cerca de 31 entidades. Com o avanço da mobilização da educação, outras categorias dos servidores públicos federais/SPF foram aderindo à greve, articulando pautas gerais do conjunto do funcionalismo, que incluía desde a reposição salarial às condições de trabalho e as pautas específicas.

Quando uma greve tem início, na base do ANDES-SN, como consequência de um longo debate nas bases e de inúmeras tentativas de negociação com o governo federal, estabelecemos um protocolo. Primeiro comunicar as administrações locais (reitorias) sobre a deflagração da greve com pelo menos 72h de antecedência; organizar comando local de greve (CLG), e comando nacional de greve (CNG, em Brasília); protocolar a pauta de reivindicação junto às universidades, ao MEC e MPOG; buscar articulações com os demais segmentos da comunidade acadêmica (estudantes e técnico-administrativos), e buscar apoio da sociedade via ações públicas, tentativa de diálogo com a imprensa, articulação com outras categorias e movimentos sociais. Esse processo nem sempre acontece de forma homogênea e unitária em todo o Brasil, já que cada instituição tem autonomia para construir seu processo, no tempo definido por sua assembleia de base.

Muitos pensam que a greve é decretada, mas na verdade ela é construída coletivamente. O fato de haver a deliberação para a construção de uma greve nem sempre resulta em sua deflagração. Para os mais autoritários e burocráticos, que também pairam no movimento sindical, esse processo de construção pela base, respeitando o tempo e a realidade de cada local, parece um preciosismo, mas, para o ANDES-SN, é um princípio de organização do movimento docente. Esse é o primeiro aprendizado, feito com a experiência concreta a partir da greve, que os/as docentes de sindicatos dirigidas pelo Proifex vivem ao interagirem com o ANDES-SN e seu método pela base e de autonomia e independência em relação a governos e administrações – o que para a prática “proifexiana” parecia um verdadeiro acinte –, já que a gestão de suas entidades era conduzida pela subserviência da entidade sindical às administrações das Universidades e ao governo federal petista, sendo um braço desmobilizador da categoria docente em prol da política de conciliação de classe, como afirmado anteriormente.

A pauta da greve centrada na reestruturação da carreira docente, tendo como referência o projeto de carreira construído pelo ANDES-SN, e por condições de trabalho, se mantêm vivas e atuais ainda hoje. Mesmo antes de 2012, o Sindicato Nacional indicava a necessidade de reestruturação da carreira docente, para evitar que a profissão fosse desvalorizada e criasse cisão no interior da categoria, com desigualdades geradas entre docentes que realizam as mesmas atividades. Também a carreira proposta pelo ANDES/SN e construída pela categoria, prevê o fim da hierarquia entre docentes, acabando com a classificação (auxiliar, adjunto, associado, titular) e mantendo apenas níveis (graduado, mestre e doutor/a) e regimes de trabalho (20h, 40h e 40h DE), com progressões constantes e iguais para todos/as os/as docentes do magistério superior, o que inclui, na proposta do Sindicato, os professores que hoje são da carreira do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), dos colégios de aplicação, CEFET e Institutos Federais, ou seja, uma carreira única para os/as professores/as federais.

A proposta de carreira defendida pelo ANDES/SN e pautada na greve de 2012, guarda relação estreita com o projeto de Universidade que defende. Uma universidade crítica, comprometida com a produção do conhecimento e desenvolvimento da tecnologia para a superação dos dilemas e desafios de um país capitalista dependente, como o Brasil. Uma educação que contribua na formação de uma sociabilidade antirracista, antimachista, anticapacitista, antilgbtfóbica, antissexista e que seja essencialmente para os filhos e as filhas da classe trabalhadora, por isso pública, laica, estatal e socialmente referenciada. Para esse projeto de educação superior, pautado no tripé ensino-pesquisa-extensão, é necessária uma carreira docente que valorize o/a professor/a e não hierarquize saberes. Que valorize igualmente os que hoje estão construindo a universidade pública como aqueles e aquelas que a construíram historicamente – os/as aposentado(a)s –, por isso uma carreira isonômica, que não aceite níveis hierárquicos que se reverberam em achatamento salarial para os que se aposentaram. Por isso, a recusa na greve de 2012 e depois na greve de 2015, em aceitar a transformação da carreira em uma tabela remuneratória, como fez a lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012, no ‘acordo’³ assinado entre o MEC e o Proifex, implementou.

³ O governo tem por prática denominar ‘acordo’ as negociações realizadas com os sindicatos representantes das categorias, que posteriormente são transformados em leis. Como a ‘negociação’ aconteceu com o Proifex, que não representava o conjunto da categoria, nem mesmo as entidades de base

O outro ponto central da pauta de reivindicações da greve de 2012 eram as condições de trabalho. Vale destacar que, quando os/as docentes reivindicam condições de trabalho também reivindicam condições de estudo/formação para os discentes. As nossas condições de trabalho possibilitam melhores condições para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Reivindicar salas de aula, laboratórios, bibliotecas equipadas, ventilação adequada, transporte universitário para atividades de campo, material atualizado para pesquisa e equipamentos, bolsas das mais variadas, tudo isso reverbera em uma formação de melhor qualidade para os estudantes.

Junto com essas reivindicações deve estar a pauta específica do movimento estudantil, que materializa a possibilidade de os estudantes de origem popular permanecerem na universidade pública. Dessa forma, a luta pela ampliação do acesso deve caminhar junto com a luta pelas condições de permanência e permanecer na universidade pública não deveria ser um exercício de adaptação ao *status quo* e a estrutura arcaica e meritocrática, como expressam a maior parte dos editais de bolsas. Permanecer no ensino superior público deve incorporar a luta por uma educação dialógica, que respeite as distintas realidades e saberes, como apontava Paulo Freire (2007). Construir uma universidade verdadeiramente popular é um desafio que persiste, em especial na conjuntura de retrocessos de direitos e de ofensivas do projeto do capital para educação pública.

Resgatar a pauta da greve é fundamental para compreendermos o movimento político realizado pelo governo federal e expresso na política do MEC através de seu então ministro, o também professor, Aloizio Mercadante. Vale registrar, que Mercadante esteve militando na categoria docente ainda na época da fundação da Andes em 1981, quando chegou a fazer parte da direção nacional para o biênio 1982-1984, no cargo de segundo vice-presidente. Passados trinta anos, nas mesas de negociação, durante a greve de 2012, diante da proposta do Sindicato Nacional de atribuir o montante financeiro designado pelo governo para o acordo com a categoria docente, na estrutura de carreira defendida pelo ANDES/SN, a resposta foi taxativa e reveladora. “Não iriam discutir

filiadas a ele o reconheciam como o legítimo interlocutor no processo da greve de 2012, colocamos entre aspas a palavra acordo, pois na análise política, foi uma imposição do governo através de sua entidade títere.

política com o Sindicato Nacional”, tratar da carreira era considerado pelo governo federal como discussão política e isso o MEC faria com o Proifes.

Muitos foram os ataques que expressaram esse movimento político de criar uma entidade títere e subordinar o movimento docente a serviço do projeto de conciliação de classes. Em 2003, já no governo Lula, o ANDES/SN tem seu registro sindical cassado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Quando recupera seu registro em 2009, perde o direito de representar os/as docentes das instituições privadas, incidindo a primeira grande fissura na organização docente. Como a perda do registro sindical não paralisou o ANDES/SN, ao contrário, deu-lhe ainda mais força, na medida em que sua movimentação se dava pela legitimação política junto à categoria, em 2004, na sede da CUT Nacional em São Paulo, foi criado o PROIFES. Sem registro sindical e com a criação do arremedo de sindicato, o governo petista apostou no enfraquecimento do ANDES/SN, mas a história mostrou que tal enfraquecimento não ocorreria.

As diretrizes do projeto de educação superior que estavam sendo pautadas pelo então governo, articulado às tentativas de desmobilização política de sua entidade representativa, já se faziam sentir antes mesmo da greve de 2012, mas se evidenciaram nesse momento. Não só pelas contrarreformas estruturantes, como a da previdência, em 2003, mas também (i) com o decreto presidencial de criação do REUNI, em 2007, analisado na primeira parte deste artigo; (ii) com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), em 2011, pela Lei 12.550 e; (iii) com a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUMPRESP - Exe), criada em 2012, pelo decreto nº 7.808. É nesse contexto, portanto, que é necessário compreender a forte greve realizada em 2012 como uma resposta política da categoria aos sistemáticos ataques dos governos petistas ao serviço público federal e, especialmente, à educação pública federal.

Uma sucinta análise dos Comunicados do CNG-ANDES nos ajuda a compreender o caminho trilhado na luta da greve de 2012, que transborda, em seus registros, a disposição de luta e a mobilização da categoria docente, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - síntese dos comunicados do CNG-ANDES 2012

Comunicado	Data	Número de IFES/SSIND Em greve	Principais elementos dos comunicados do CNG
01	17/05	33 IFES	1ª Reunião do CNG: definição do regimento interno; levantamento das seções sindicais em greve e aprovação da primeira nota do comando.
02	20/05	36 IFES e 40 ssind ⁴	Informa que o secretário da Sesu-MEC, Amaro Lins, ligou para o ANDES-SN para saber da greve e propôs reunião com o sindicato para a próxima semana. O CNG aprovou uma carta à Sociedade sobre as razões da greve.
03	23/05	44 IFES e 48 ssind	Informa que o SINASEFE deliberou por rodada de assembleia para debater a greve; que a audiência com o MEC havia sido agendada para o dia 23/05, porém no dia 22/05 (à noite), Amaro Lins liga ao ANDES para informar que “acabara de ser orientado pelo Ministro da Educação a suspender a reunião (...) afirmando o espaço da negociação para mesa do MPOG” ; aprovou uma carta às entidades sindicais e movimentos sociais da América Latina; definiram ida ao Congresso Nacional, solicitação às ssind de construção das pautas locais e indicação da Marcha em Brasília para o dia 05/06.
04	24/05	44 IFES e 48 ssind	Rotina ⁵
05	25/05	Sem registro	Informou o recebimento de ofício do Secretario de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, suspendendo a reunião do Grupo de Trabalho sobre Carreira docente.
06	29/05	47 IFES e 52 ssind	Informou o debate sobre as exigências das agências de fomento à pesquisa (CAPES, CNPQ, FINEP e outras), no período da greve e deliberaram pela elaboração de carta ao MCT e solicitação de reuniões.
07	30/05	47 IFES e 52 ssind	Rotina
08	31/05	48 IFES e 52 ssind	Pela primeira vez aparece a reivindicação dos docentes da UFMS e UFBA solicitando auxílio do CNG-ANDES-SN, e a indicação que os docentes da UFBA haviam declarado greve.
09	01, 02, 03/06	49 IFES e 53 ssind	Informa que uma nova reunião foi agendada com o MEC para o dia 05/06; ANEL informou que os estudantes deflagraram greve em 31 IFES e repasse da reunião do MPOG com 31 entidades federais dos servidores públicos.
10	03 a 08/06	51 IFES e 55 ssind	Informa a Marcha realizada em Brasília pelo FONASEFE e da reunião do CNG-ANDES com o MEC, ambas no dia 05/06.

⁴ A diferença entre o número de IFES e seções sindicais em greve, se deve ao fato de, em algumas Universidades, haver mais de uma seção sindical. Na época esse era o caso, por exemplo da UFG, que tinha duas seções sindicais na base do ANDES/SN e um sindicato ligado ao Proifes.

⁵ A rotina de um CNG do ANDES-SN inclui recebimento de moções de apoio, reuniões com parlamentares, programação de atividades de greve, elaboração de materiais a partir das informações enviadas pelos Comandos Locais de Greve (CLG) das seções sindicais, atendimento à imprensa, reuniões com outras entidades e movimentos sociais, elaboração de material para ser enviado a parlamentares, entre outras.

11	09 e 11/06	Sem registro	Rotina
12	13/06	Sem registro	Rotina
13	13 e 14/06	54 IFES e 55 ssind e 3 CLG ⁶	Rotina
14	18/06	Sem registro	Informa o protocolo de uma nova carta junto às agências de fomento exigindo a imediata suspensão dos referidos calendários acadêmicos.
15	20/06	54 IFES e 58 ssind	Informa que o governo adiou a reunião prevista para o dia 19/06; que SINASEFE e FASUBRA instalaram seus comandos de greve em Brasília;
16	20 a 23/06	56 IFES e 60 ssind	Rotina
17	24 a 27/06	58 IFES e 63 ssind	Rotina
18	28 a 30/06	58 IFES e 63 ssind	Rotina
19	01 a 04/07	58 IFES e 63 ssind	Rotina
20	05 a 07/07	60 IFES, 59 ssind e 8 CLG	Informa sobre a mensagem expedida pelo MPOG para que as instituições comuniquem “falta por greve”, para que o ministério proceda ao corte de ponto e informa sobre a reunião com o secretário do MEC, Amaro Lins, no dia 03/07.
21	09 e 10/07	60 IFES, 59 ssind e 8 CLG	Rotina
22	12/07	60 IFES, 59 ssind e 8 CLG	Informa nova marcação de reunião com o MPOG para 13/07; ato para entrega de carta com reivindicações a presidente Dilma e que a ANDIFES deliberou não cumprir a orientação de informar falta pela greve ao MPOG.
23	13/07	60 IFES, 59 ssind e 8 CLG	Rotina
24	19 a 21/07	Sem registro	Informa o protocolo no MEC da organização da pauta sobre condições de trabalho; novas cartas enviadas às agências de fomento e a rejeição massiva pelas assembleias de base da proposta de acordo do governo.
25	22 a 27/07 (atualizada em 30/07)	Sem registro	Rotina

⁶ A partir desse comunicado começa a aparecer a representação de Comando Local de Greve (CLG), das Universidades em que a assembleia geral deflagrou greve e a entidade sindical, por ser ligada ao Proifes não reconheceu a decisão da assembleia de base.

26	28/07 a 04/08	Sem registro	Rotina
27	05 a 12/08	61 IFES	Rotina
28	13 a 20/08	60 IFES	Rotina
29	21 a 25/08	Sem registro	Rotina
30	27/08 a 02/09	60 IFES	Rotina
31	03 a 13/09	Sem registro	Rotina
Comunica- do especial ⁷	02/09	Sem registro	Informa a rodada de assembleia para debater a continuidade da greve ou a saída unificada.
Comunica- do especial	16/09	Sem registro	Informa a rodada de assembleia para a suspensão unificada da greve no período de 17 a 21 de setembro de 2012.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras a partir dos Comunicados do CNG/ANDES-SN de 2012.

Já no primeiro comunicado do Comando Nacional de Greve (CNG), no dia 17 de maio, a primeira nota indicava a pauta que levou à deflagração da greve, *“hoje, docentes de Instituições Federais de Ensino iniciaram greve por tempo indeterminado, reivindicando tanto a reestruturação da carreira docente, prevista no Acordo 04/2011, descumprido pelo governo federal, com valorização do piso e incorporação das gratificações, quanto à melhoria das condições de trabalho docente”*(ANDES-SN, 2012, grifo nosso). O referido comunicado também evidenciou que, no primeiro dia do movimento paredista, 33 instituições de ensino já estavam em greve.

No segundo comunicado do CNG, do dia 20 de maio, a carta à sociedade intitulada *“Por que os(as) professores(as) das instituições Federais estão em greve?”*, anunciava que estavam *“em greve em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e de uma carreira digna, que reconheça o importante papel que os docentes têm na vida da população brasileira* (ANDES-SN, 2012, grifo nosso)” e apresentavam sua pauta de estruturação da carreira docente e condições de trabalho. Afirmando que a *“priorização de investimentos do Estado no setor empresarial e financeiro causa impacto no serviço*

⁷ Além dos comunicados regulares foram lançados cerca de 21 comunicados especiais, sempre com avaliação política, análises de conjuntura e notas sobre momentos centrais da greve como as marchas em Brasília.

público, afetando diretamente a população que dele se beneficia” (ANDES-SN,2012, grifo nosso), demonstrava-se a precisa percepção de análise sobre a realidade política do projeto em curso, como já sinalizado na primeira parte deste artigo. Ler a realidade em suas múltiplas facetas e contradições, reconhecendo o movimento dialético, é um dos elementos centrais para o desenvolvimento das lutas coletivas.

No terceiro comunicado do CNG, começa a ser explicitada a política que o governo federal, via MEC, iria impor ao movimento paredista. A reunião entre MEC e ANDES/SN (via CNG), agendada para 25/05, foi desmarcada, por orientação do então ministro da educação, Aloizio Mercadante, que sinalizou que a negociação do governo com o Sindicato Nacional deveria ocorrer junto ao MPOG, reduzindo o debate político e de projeto educacional (já que reestruturação de carreira e condições de trabalho indicam isso), a uma negociação orçamentária. Certamente essa foi a primeira explicitação da posição política do MEC na greve de 2012, indicando sua não disposição para debater o projeto de educação e reduzindo a pauta ao esvaziamento que o orçamento – orientado pelo projeto educacional privatista – impunha.

No comunicado nº 05, a posição do então secretário de relações de trabalho, Sérgio Mendonça (MPOG), provocou, segundo os registros, indignação, porém, não provocou muita surpresa, uma vez que o *modus operandi* do governo federal ia se desenhando com mais clareza para o conjunto da categoria. Segundo o registro, o CNG avaliou a suspensão da reunião, por parte do governo, como uma resposta.

A força e o crescimento da greve; a intransigência do governo no trato com os movimentos grevistas; a ação do governo de protelamento e tentativa de desmobilizar a greve, seu desrespeito frente aos prazos que ele mesmo anuncia; a recusa governamental em apresentar propostas para resolver o impasse da greve. Portanto, esse fato confirma o não andamento das negociações e o interesse do governo em desarticular o movimento da categoria. (ANDES-SN, 2012)

No comunicado nº 08, de 31 de maio, aparece pela primeira vez a indicação da solicitação de apoio, por parte de docentes mobilizados, na UFBA e UFMS, que na época tinham suas organizações sindicais ligadas ao Proifes, que não apoiava a greve docente. No quadro das IFES em greve aparece a UFBA, cuja deflagração se dá pela assembleia da sua seção sindical, APUB.

Na reunião com MPOG, realizada no dia 01 de junho (inicialmente prevista para o dia 31/05), segundo o relato que consta no Comunicado nº 09, referente aos dias 01, 02 e 03 de junho, o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), teria afirmado *“que fica até constrangido de mencionar que em termos proporcionais até FHC aplicou um maior percentual do PIB e das Receitas em pessoal do que os governos Lula e Dilma”* (ANDES-SN). Apesar da participação das entidades sindicais que compuseram a base dos governos de conciliação de classe na greve dos Servidores Públicos Federais em 2012, isso ocorreu com muita parcimônia e impulsionada pela insatisfação do conjunto de suas bases com a corrosão salarial.

O registro realizado no Comunicado nº 09 CNG-ANDES, referente ao período de 03 a 08/06, explicita a avaliação positiva sobre a Marcha do funcionalismo público em Brasília no dia 05/06, considerando que *“a marcha foi considerada uma vitória da unidade das diversas categorias dos SPF [...] Sob o aspecto político, a marcha foi positivamente avaliada em virtude da integração das várias categorias dos SPF com destaque para a mobilização do CNG/ANDES-SN e dos CLG”* (ANDES-SN, 2012, grifo nosso). No comunicado também fica indicado que FASUBRA, SINASEFE, CONDSEF e FENAJUFE, importantes entidades do funcionalismo público, estavam com deflagração de greve indicada para a semana seguinte.

Certamente, para o movimento paredista do ANDES-SN, a deflagração da greve da FASUBRA e SINASEFE trouxe outro patamar para a luta e as mobilizações nas Universidades, Institutos Federais e CEFET. Nesse mesmo comunicado, o relato da reunião realizada entre FONASEFE e MPOG, demonstrou as diferentes leituras realizadas pelas entidades. De um lado, os representantes dos SPF afirmavam que o governo não demonstrava disposição real de negociação e não respondia aos pontos da pauta e por outro, os representantes do governo afirmaram, entre outras coisas que *“a greve é legítima como ação para pressionar, mas a posição do Governo continua sendo a de não negociar com categoria que entra em greve no curso do processo, sem a negociação ser encerrada”* (ANDES-SN, 2012, grifo nosso), o que mais uma vez explicitou a pouca disposição democrática dos governos considerados populares.

A primeira reunião realizada entre o CNG-ANDES/SN e o MEC, aconteceu no dia 05/06 e está relatada no Comunicado nº 09, indicando que os representantes do CNG

analisavam que a negociação deveria ser pautada pela proposta de carreira do ANDES/SN e pelas demandas das condições de trabalho coletivamente construídas pela base, enquanto, para o ministro da educação, a pauta da greve limitava-se ao orçamento.

O *modus operandi* do governo foi sendo revelado ao longo da luta do movimento paredista. Não receber as categorias em greve; pressionar as administrações das IFES para informar “falta por greve” para cortar o ponto; desmarcar reuniões na véspera; receber representantes do CNG com funcionários de terceiro escalão sem autonomia de negociação; designar para o MPOG as negociações como forma de não discutir política educacional e reduzir a luta a percentuais remuneratórios; negociar com entidades sem representação junto à categoria docente – como fez ao se reunir com o Proifes e assinar acordo com essa organização –, e marcar reuniões separadas entre as categorias para diluir a negociação e dividir o movimento paredista do funcionalismo público. Esse movimento fica explícito no registro do Comunicado nº 20, que relata a reunião realizada no dia 03/07 entre o CNG/ANDES e o secretário Amaro Lins (MEC), que chamou o ANDES/SN enquanto os docentes realizam um ato conjunto com SINASEFE e FASUBRA em frente ao MEC. Nessa oportunidade, o referido secretário se comprometeu com uma nova reunião e, após contatos telefônicos, fez a proposta de uma reunião no dia 05/07, desde que “*sem divulgação e sem caráter de negociação*” (ANDES-SN, 2012, grifo nosso), ou seja, em mais uma oportunidade se evidencia a política do governo de conciliação de classe e sua não disposição de efetiva negociação.

Mesmo após longa tentativa de negociação, de realização de inúmeros atos em Brasília (MEC, MPOG) e nos estados, da elaboração de cartas e matérias de reivindicação, o governo federal se manteve intransigente às reivindicações dos docentes. Sempre com uma justificativa orçamentária, rejeitou todas as propostas do Sindicato Nacional para reestruturação da carreira e a maior parte das reivindicações sobre condições de trabalho.

Pressionados pelo tempo, pois, agosto seria a data limite para a aprovação da Lei Orçamentária, teve início um debate sobre a possibilidade de suspensão da greve naquele mesmo mês. Porém, demonstrando a força do movimento paredista, na rodada de assembleia de 06 a 10 de agosto, 61 instituições federais de ensino votaram em suas assembleias docentes de base, a manutenção da greve. A essa altura do movimento

grevista, as negociações entre governo e Proifes avançavam, dentro dos gabinetes, sem diálogo com a base e, acima de tudo, sem representação junto à categoria.

Em agosto de 2012, quase todas as Universidades que o Proifes dizia representar, estavam participando do CNG do ANDES/SN. Mas, ainda assim, em vários momentos do processo de ‘enrolação’ denominado pelo governo de ‘negociação’, os representantes do Proifes chegavam antes e já estavam em reunião com o governo antes das demais entidades da educação participarem. A ação do governo também começou a se fazer sentir no interior das assembleias de base, com a presença, e em muitas IFES, com a convocação da gestão das reitorias, para que os professores comparecessem às assembleias com o objetivo de votar pelo fim da greve.

Na avaliação do ganho político que a greve de 2012 trouxe para o movimento docente, merece destaque o reconhecimento do ANDES/SN como o representante da categoria para as mesas de negociação com o governo federal. Reconhecimento que se deu, em primeira instância, pelos próprios docentes ao construírem o CNG do ANDES/SN e os CLG, em especial, nos casos das Universidades em que sua entidade sindical estava ligada ao Proifes. Esse reconhecimento se deu também no âmbito do STJ, quando negou o mandado de segurança da APUFSC para participar das mesas de negociação com o governo, reafirmando que o ANDES/SN era o legítimo representante da categoria docente.

A longa greve foi um processo formativo para todos, mas especialmente para os docentes recém-ingressos na categoria, que identificaram que a luta é coletiva e desafiadora. A formação se dava através dos inúmeros materiais produzidos sobre a realidade da educação no Brasil, na organização e realização das atividades (atos, marchas, panfletagem, aulas públicas, fechamento de prédios – MEC, MPOG, reitorias –, assembleias, constituição dos CLG e CNG, reuniões com entidades, gestores, movimentos sociais, governo, entre outros), evidenciando a dialética dos que se encontram na luta e articulam teoria crítica com prática dialética.

O movimento paredista, na particularidade da prática do ANDES/SN, é uma verdadeira escola de aprendizagem. Uma mostra viva e real da possibilidade de construção coletiva, horizontal e participativa. Para o ANDES/SN, uma vez instalado o CNG, a diretoria nacional fica como em ‘suspensão’, realizando apenas as atividades da

vida cotidiana e administrativa do sindicato, pois a política passa a ser conduzida pelo comando a partir das deliberações das assembleias de base.

Contudo, apesar de ainda ampla, a greve começava a perder força. O comunicado especial de 02/09 indicava que as seções sindicais estavam realizando rodadas de assembleia geral para deliberar pela continuidade da greve ou pela saída unificada. No comunicado especial de 09/09 foi informado que por 17 votos contra 13, a greve foi mantida de acordo com as deliberações das assembleias de base.

A pressão pela saída unificada da greve se ampliava, uma vez que o Proifex já havia assinado o ‘acordo’ com o governo no dia 3 de agosto – enquanto em todo o Brasil os comandos locais de greve organizavam vigília em frente as reitorias –, e o PL nº 4.368/12 havia sido enviada ao Congresso nacional pelo governo no dia 31 de agosto, desestruturando a carreira e não tratando de condições de trabalho. Enquanto a maior parte da categoria se encontrava na luta e nas ruas, o Proifex conduzia mais um golpe no movimento docente e assinava o ‘acordo’, e o governo alcançava seu objetivo ao ‘criar’ a entidade cartorial.

Ainda assim, a história mostrou que, apesar de ganhar essa batalha, o projeto do capital operacionalizado pelos governos petistas não ganhou a guerra e o ANDES/SN segue sendo a entidade legítima de representação da categoria docente e em defesa de um projeto de universidade pública e gratuita. O movimento paredista é encerrado em rodada de assembleias de base realizadas entre o dia 17 e 21 de setembro, mas reafirmando que as lutas e as mobilizações em defesa da valorização do trabalho docente e por condições para a sua realização continuaram e que o conjunto dos docentes identificava no movimento sindical autônomo e democrático a força de organização coletiva e de enfrentamento aos governos de plantão.

Breves considerações finais

Os dados apresentados neste artigo demonstram que a greve da educação pública federal de 2012 evidenciou como os governos petistas conduziram mais uma fase da contrarreforma do Estado, pela reconfiguração da carreira no serviço público federal, e da educação superior marcada pelo privatismo, como indicam os dados do Censo da Educação Superior, e pela expansão precarizada do acesso realizada pelo Reuni, resultando na intensificação e na precarização do trabalho docente e na refuncionalização das universidades federais. Os servidores públicos federais, particularmente os docentes, não assistiram a esse conjunto de ataques de forma passiva. A construção da greve pela base colocou na pauta de ação política a defesa da valorização do trabalho docente, assim como, a concepção de que as lutas deveriam ser conduzidas pelo movimento classista, combativo e autônomo, sob a direção do ANDES/SN.

Sempre após o término de uma greve, a principal pergunta que o movimento paredista tem que responder – ao ser indagado pela imprensa, por setores da sociedade, e no caso da greve da educação, aos discentes e suas famílias –, é *‘Qual foi o ganho da greve?’*. Para os que se pautam na relação mercantil da vida e na forma burocratizada de fazer política, terminar uma greve sem atingir determinados patamares de reajuste financeiro, pode significar um fracasso do movimento. Mas para os que entendem que o projeto de educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada é uma disputa permanente, barrar os retrocessos e garantir a mobilização e a formação política da comunidade acadêmica e do conjunto da classe trabalhadora, são considerados importantes ganhos políticos.

No ato de 2012, o principal ganho foi, sem dúvidas, a mobilização política e a capacidade do movimento de organizar novos quadros de intelectuais militantes. Para muitos docentes, a greve foi o primeiro espaço/experiência de organização coletiva, já que são de uma geração fruto do descenso dos movimentos sociais após o neoliberalismo no Brasil na década de 1990. Esse ganho se reverberou na luta docente do ANDES-SN nos anos que se seguiram. Muitos novos dirigentes passaram a assumir tarefas de direção, partilhando com docentes mais experientes o desafio de lutar por um sindicato autônomo e pela educação pública de forma intransigente. O enfrentamento

dos dilemas e desafios educacionais brasileiros, pautados nas reflexões e nas ações políticas de Florestan Fernandes, segue na ordem do dia.

Assim, parafraseando o samba-enredo da Mangueira de 2019, chegamos para contar os versos que os livros querem apagar. A luta de docentes de todo o Brasil, que “tira a poeira dos porões”, abrindo alas para os teus heróis, da educação, pois, afinal, é na luta coletiva em defesa da educação pública e do sindicalismo autônomo que a gente se encontra e se fortalece!

Referências

ANDES-SN. **Comunicados do Comando Nacional de Greve de 2012**. Brasília: ANDES-SN, 2012. Disponíveis na Secretaria Nacional e CEDOC, pelo e-mail secretaria@andes.org.br.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Compilado**: gráficos de pizza do orçamento geral da união (executado) – 2011-2019. [Brasília]: Auditoria cidadã, 2019. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/graficos-de-pizza-do-orcamento-geral-da-uniao-executado-2011-2018/>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

BOSI, Antônio de P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. [Brasília]: Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes>

oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Superior**. [Brasília]: MEC/INEP, 2002. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/censo_da_educacao_superior_sinopse_estatistica_2002.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Superior 2010**. [Brasília]: MEC/INEP, 2011. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Superior**. [Brasília]: MEC/INEP, 2012. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1379600228mercadante.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: AlfaÔmega, 1975a. FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LÉDA, Denise B; MANCIBO, Deise. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 49-64. 2009.

LEHER, Roberto. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA; SINDICATO DOS ECONOMISTAS. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 369-412.

LIMA, Kátia. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lucia Maria W. **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 23-46.

LIMA, Kátia. Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo. In: SILVA JR., João dos Reis; OLIVEIRA, João F.; MANCEBO, Deise (org.). **Reforma universitária: dimensões e perspectivas**. Campinas: Editora Alínea, 2006. p. 27-42.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia. REUNI e Banco de professor equivalente: novas ofensivas da contra-reforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES/SN, n. 41, p. 69-78, 2008.

LIMA, Kátia. Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 44, p. 147-157, 2009.

LIMA, Kátia. REUNI: entre as promessas e a realidade. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 48, p. 98-101. 2011.

LIMA, Kátia. A educação superior no Plano Nacional de Educação 2011-2020. Revista Perspectiva. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis: UFSC, v. 30, n. 2, p. 625-656, maio/ago. 2012.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 55, p. 32-43, 2015.

LIMA, Kátia. Brasil em tempos de contrarrevolução. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 59, p. 92-103. 2017.

LIMA, Kátia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. **Universidade e Sociedade**, Brasília, p. 8-39, 2019. Edição Especial América Latina.

LIMA, Kátia; SOARES, Marcela. Capitalismo dependente, contrarrevolução prolongada e fascismo à brasileira. In: LIMA, Kátia (org.). **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 41-58.

MINTO, Lalo. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

MINTO, Lalo. **A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo a brasileira. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 9-38.

REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Eptácio. Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020. Edição Especial. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7243/5076>>. Acesso: 10 fev. 2022.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SILVA JR, João dos Reis e SGUISSARD, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reformas do Estado e mudanças na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SILVA JR., João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

TONEGUTTI, Claudio A.; MARTINEZ, Milena. **A universidade nova, o reuni e a queda da universidade pública**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2008. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto%209.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

UGÁ, Vivian D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, p. 55-62, 23. nov. 2004.

UGÁ, Vivian D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, p. 55-62, 23. nov. 2004.

Recebido em: 08/03/2022

Aprovado em: 30/04/2022

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 23 - Número 52 - Ano 2022

revistalinhas@gmail.com